

lissgráfica

IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

(Sociedade Aberta)

RELATÓRIO E CONTAS 2006

CAPITAL SOCIAL: 200.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O N° 2 184

PESSOA COLECTIVA N° 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2730-053 Barcarena

Capital Social: 200.000 €

*Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184*

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

EXERCÍCIO DE 2006

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 que compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

I.I. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

A economia mundial registou no ano de 2006 um crescimento acentuado que se estima em torno de 5,1%, contra 4,3% em 2005, denotando uma distribuição mais equilibrada do crescimento, com destaque para o desempenho das economias emergentes, com uma variação do PIB de 7,3%, sobressaindo deste grupo o dinamismo na Ásia que atingiu os 8,7%.

A conjuntura económica foi, ainda, caracterizada pela subida do preço do petróleo nos primeiros oito meses do ano, atingindo no final deste período um máximo histórico de USD 78/barril registando-se, em termos médios anuais, uma subida de USD 54,5/barril.

A conjuntura de crescimento económico forte e de inflação moderada suportada, no final do ano, pela queda dos preços dos bens energéticos, contribuiu para uma evolução positiva do sentimento económico global, expresso num desempenho favorável dos mercados accionistas.

Assim, na Europa os índices CAC 40 de Paris, DAX de Frankfurt e IBEX 35 de Madrid subiram, respectivamente, 17,5%, 22% e 31,8% enquanto que, nos Estados Unidos, os índices S&P 500 e Dow Jones valorizaram, respectivamente, 13,6% e 16,3%, tendo o índice Nasdaq ganho 9,5%. Para este desempenho positivo contribuiu, também, a persistência de uma conjuntura de ampla liquidez a nível global, traduzida numa forte actividade de fusões e aquisições e numa compressão dos spreads do crédito.

Nos EUA o PIB cresceu 3,3% em 2006, denotando ligeira aceleração face ao registo de 3,2% observado em 2005.

O início do ano foi caracterizado por fortes crescimentos no consumo privado e no investimento, beneficiando do efeito riqueza positivo associado à valorização dos preços do imobiliário.

No contexto de um crescimento da actividade económica acima do potencial, e com a subida do preço dos combustíveis a pressionar a taxa de inflação – de 3,4% em 2005, para 3,5% em 2006 – a Reserva Federal elevou a target rate dos fed funds em 100 pontos base no primeiro semestre, para 5,25%, tendo interrompido aí o ciclo de subida dos juros de referência iniciado no Verão de 2004.

Na segunda metade do ano, observou-se um arrefecimento significativo do sector da habitação, expresso numa estagnação dos respectivos preços e numa queda de cerca de 19% no investimento residencial.

No entanto, o consumo das famílias continuou a suportar a actividade económica registando, no conjunto do ano, um crescimento real ainda forte de cerca de 3,2%, contra 3,5% no ano anterior.

Este comportamento do consumo privado foi, por seu turno, sustentado pela descida dos preços da energia no último trimestre, pela redução da taxa de desemprego – de 5,1% para 4,6% da população activa – e pela persistência de condições monetárias e financeiras favoráveis, com uma forte valorização dos mercados accionistas e com taxas de juro de mercado ainda relativamente reduzidas.

A Ásia reforçou o seu papel como um dos principais motores de crescimento da economia mundial, apresentando-se a China numa posição de realce ao denunciar um crescimento anual de 10,7%, suportado pelo forte dinamismo da formação bruta de capital fixo, com um crescimento de 24%, e das exportações, com o excedente comercial a registar uma melhoria de cerca de 70% face ao ano anterior.

O desempenho da economia chinesa constituiu um estímulo importante para as restantes economias asiáticas, incluindo o Japão que registou um crescimento do PIB de 2,2%, em ligeira desaceleração, face ao ano anterior, em cerca 2,6%.

O forte crescimento da China e da Ásia emergentes contribuiu também para manter pressionada a procura de matérias-primas não energéticas, em particular os metais industriais.

Na Zona Euro o ano foi marcado por uma recuperação significativa dos índices de confiança, reflectindo a aceleração observada na actividade económica. O crescimento do PIB subiu de 1,4% em 2005, para 2,6%, sobretudo em resultado de um comportamento favorável da procura externa, e na qual se destacou o peso crescente da procura oriunda dos países emergentes da Ásia e do Médio Oriente. No conjunto do ano, as exportações da Zona Euro cresceram, em termos reais, cerca de 8,4%.

O crescimento da procura externa e o maior optimismo dos empresários reflectiram-se, por sua vez, numa recuperação do investimento que registou uma variação anual de 4,5% e numa melhoria das condições do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8% em termos médios anuais.

Na Zona Euro o consumo das famílias mostrou sinais de recuperação, mas manteve um crescimento relativamente moderado de 1,8%, ainda restringido por uma conjuntura de forte moderação salarial.

O ano de 2006 foi ainda caracterizado por um forte crescimento da liquidez que registou, no final do ano, uma variação homóloga de 9,8%, claramente acima do valor de referência fixado em 4,5% pelo BCE.

Tal como em 2005 a evolução da massa monetária continuou a ter como contrapartida um forte dinamismo dos empréstimos ao sector privado que registaram um crescimento de cerca de 10,7%, enquanto que os empréstimos às famílias registaram uma ligeira desaceleração, mas ainda com crescimentos de 9,5% no crédito à habitação e de 7,8% no crédito ao consumo.

O registo de um crescimento elevado no contexto de forte liquidez levou o BCE a elevar a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 125 pontos base, para 3,5%.

A taxa de inflação manteve-se inalterada, em termos médios anuais em 2,2%.

O estreitamento do diferencial de juros face aos EUA contribuiu para uma apreciação de 12% de euro face ao dólar, para EUR/USD 1,319.

A economia portuguesa registou, em 2006, uma recuperação face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,5% para 1,3%, uma décima abaixo das previsões oficiais do Governo mas cerca de metade do crescimento médio registado nos países da Zona Euro.

Verifica-se, assim, que continua a acentuar-se a divergência em relação à Europa e a cavar-se um fosso cada vez mais fundo em relação aos níveis de crescimento face aos nossos parceiros.

A recuperação observada e o maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das exportações de bens e serviços, com uma variação de cerca de 8,8%, contra um registo de 1,1% em 2005.

Portugal beneficiou não apenas da manutenção de um PIB elevado na vizinha Espanha, seu parceiro por excelência, mas também da recuperação da actividade observada no conjunto da Zona Euro, em particular da Alemanha.

Ao mesmo tempo, registaram-se fortes crescimentos das exportações para destinos menos tradicionais com destaque para Angola com um registo próximo de 60% em termos nominais. Neste contexto, o contributo das exportações líquidas para o crescimento aumentou em 2006 de -0,5% para 1 ponto percentual.

A procura interna, por sua vez, viu o respectivo contributo para o crescimento diminuir de 1 para 0,3 pontos percentuais, tendo o consumo privado acentuado a tendência de desaceleração observada em 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,2% para 1,1%. Não obstante uma recuperação visível dos índices de confiança das famílias na parte final do ano, as despesas de consumo privado foram restringidas em 2006, pela subida das taxas de juro, por um crescimento ainda moderado do rendimento disponível e pela natureza restritiva da política orçamental concretizada, principalmente, na subida de alguns impostos indirectos.

Com um aumento de rendimento disponível inferior à expansão do consumo privado, a taxa de poupança das famílias deverá ter registado uma ligeira descida de 9,2% para cerca de 8,5% do rendimento disponível.

O investimento voltou a registar o comportamento mais negativo entre os componentes da procura interna, embora com uma queda real de 1,7% inferior à observada em 2005 em que fora de 3,8%.

Apesar de a recuperação da procura externa se ter reflectido numa subida dos índices de confiança nos sectores dos serviços e da indústria, as empresas mostraram-se ainda cautelosas nas suas decisões de investimento, perante a vulnerabilidade da procura interna. A despesa total em capital fixo foi ainda restringida pelos esforços de consolidação orçamental, que se traduziram numa queda do investimento público, e pela continuação de ajustamento das despesas de investimento em habitação por parte das famílias.

Neste contexto, a taxa anual média de desemprego subiu de 7,6% para 7,7% da população activa.

O consumo público caiu 0,3%, a partir de uma diminuição das despesas em bens e serviços, evolução que, em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais, da ordem dos 8%, contribuiu para uma diminuição do défice global de 6% para um valor ligeiramente abaixo de 4% do PIB, valor inferior ao previsto no PEC que era de 4,6%, levando a que o défice global para 2007 fosse revisto em baixa e fixado em 3%, contra os 3,3% que as autoridades tinham previsto.

A moderação do crescimento da procura interna associada ao forte dinamismo das exportações de bens e serviços resultaram numa melhoria do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, com as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa a reduzirem-se de 8,1% para 7,6% do PIB.

Ao nível da Balança de Pagamentos destaca-se ainda a evolução positiva do investimento directo em Portugal, o qual terá atingido, em termos líquidos, um valor em torno de 3,7 mil milhões de euros.

A taxa de inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3%. Este registo encontra-se afectado por uma alteração de método no tratamento estatístico de algumas componentes do IPC, com impacto nos registos do exercício mais recente, sem o que se teria fixado nos 2,5%.

A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento de preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos – o IVA em Julho de 2005 e alguns impostos sobre o consumo em Janeiro de 2006.

1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

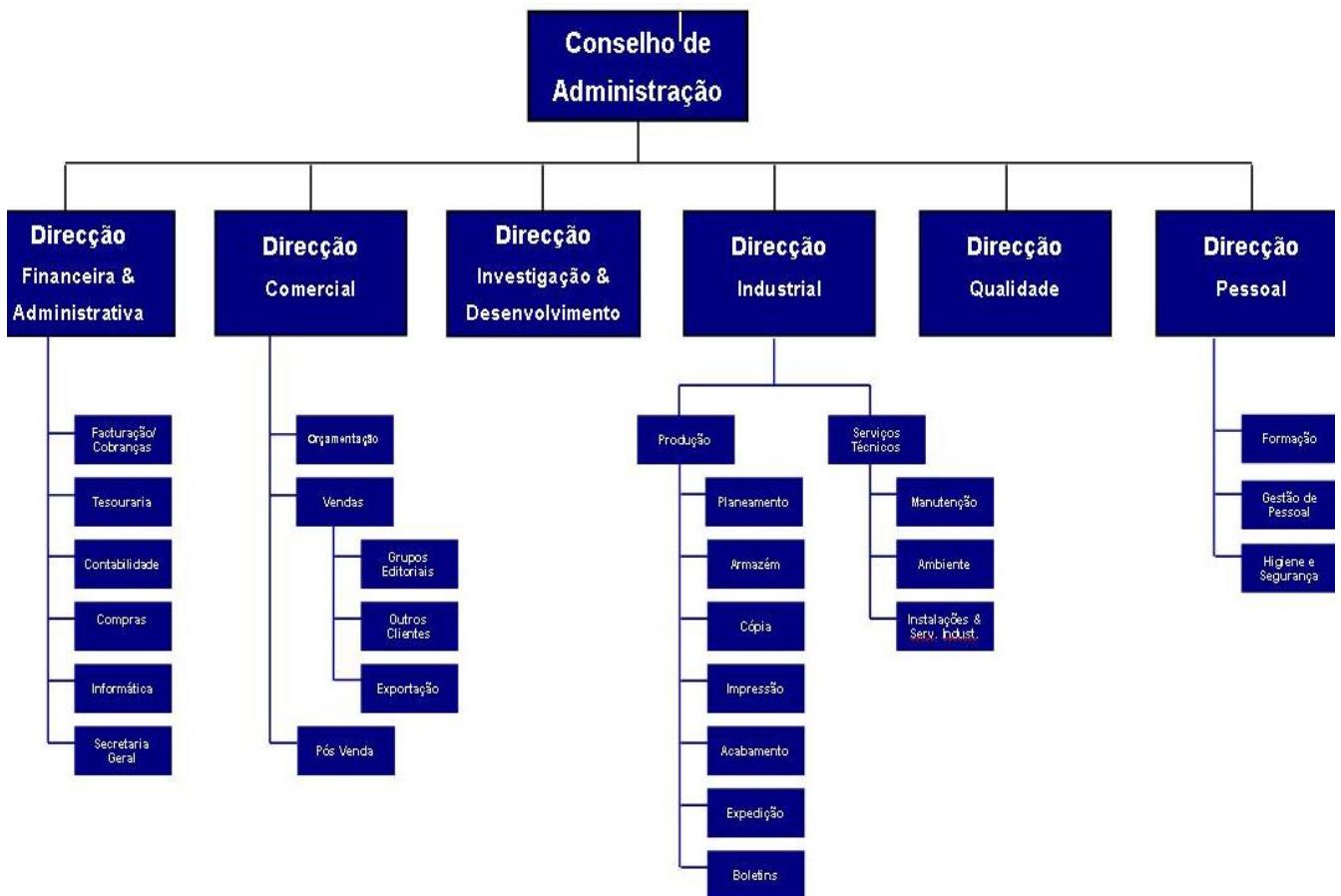
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.

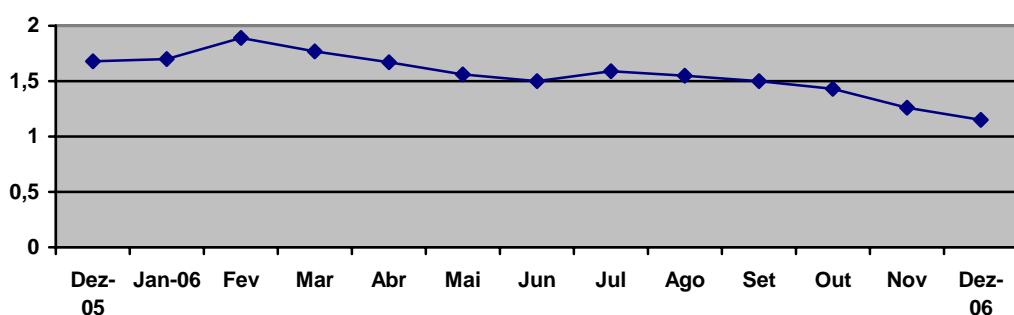


2. Não há comissões criadas na sociedade.
 3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:
 - (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
 - (b) o anúncio de resultados;
 - (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no exercício de 2006, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2006 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida no início do ano (1,68 em 31/12/05 para 1,89 em 28/02/06), uma descida que perdurou até Dezembro (1,77 em 31/03/06, para 1,15 em 31/12/06).



Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 de Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05. Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da Empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.
9. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:
 - Remuneração do Conselho de Administração Euros 193.783
 - Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 23.950
 - Remunerações ao Auditor Externo Euros 76.985

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.

O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

“Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.

Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no exercício com o Conselho de administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 193.783.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre a quase totalidade das recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2006 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller- Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado. Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior apenas representou no exercício de 2006 cerca de 40 mil Euros, contra os cerca de 600 mil Euros suportados em 2005.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se uma queda das Vendas Globais, face ao ano de 2005, de cerca de 1,110 mil Euros (3,2%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 273 milhões (15,1%).

É patente a desproporção entre o registo em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas Semanais e Mensais* traduzida em cerca de 636 mil Euros, na *Família Suplementos* traduzida em cerca de 693 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 555 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 1.063 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Folhetos/Catálogos* da ordem de 1.944 mil Euros.

Foi criada uma nova Família denominada “*Exportação*” acautelando a possibilidade de desenvolvimento de um esforço virado para o mercado externo tendo-se registado um volume de negócios no exercício de cerca de 229 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram aquém do Orçamento anual num valor rondando os 4,150 milhões de Euros (10,9%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 220 mil Euros e 293 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a regularização operada no exercício de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 92 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2006 face ao exercício anterior e, em sentido contrário, uma perda de cerca de 131 mil Euros em Trabalhos para a Própria Empresa uma vez que durante o exercício de 2006 não foram incorridos quaisquer custos para tal finalidade.

Por fim, verifica-se uma diferença de cerca de 515 mil Euros na rubrica de Reversão de Ajustamentos uma vez que não se registou nenhum proveito nesta rubrica em 2006, ao contrário do observado em 2005 ano em que se registaram recuperações de créditos já provisionados, designadamente a recuperação parcial - 380 mil euros- de um cliente e de 135 mil euros através da alienação de um equipamento relevado como existência.

Do que antecede decorre que, em resultado do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%), ligeiramente atenuado pela recuperação verificada em *Proveitos Suplementares, Outros Proveitos Operacionais e Variação da Produção*, respectivamente com 220 mil Euros, 293 mil Euros e 92 mil Euros e contrariada com desvios desfavoráveis registados em *Trabalhos para a Própria Empresa e Reversão de Ajustamentos* com, respectivamente, 131 mil Euros e 515 mil Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 1,151 milhões de Euros (3,1%).

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se uma redução dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2005, de cerca de 618 mil Euros para cujo sucesso concorreram todas as rubricas, com excepção dos CMVC.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 346 mil Euros (3,54%), explicado pelo maior consumo de papel – 852 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, pela queda dos consumos das outras matérias primas e subsidiárias e pelo desaparecimento dos custos de vendas de mercadorias ocorrido em 2005 e associado à venda dos equipamentos alocados a existências.

Os FSE registaram um desagravamento de 400 mil Euros (4,4%), reflectindo uma proporção de 25,8 % da facturação, contra 26,2% em 2005, registando-se uma ligeira melhoria de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 263 mil Euros (2,30%), representando 33,1% das Vendas Líquidas, contra 32,8% em 2005.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 213 mil Euro (7,6%).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 146 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Os Ajustamentos praticados no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 2 mil Euros, contra cerca de 135 mil Euros em 2005.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio favorável de cerca de 1,230 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 330 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/07/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,9 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços(instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica, tendo sido já identificadas algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

Foi subscrito, com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, entretanto reduzidas face ao cumprimento do plano prestacional, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2006 de cerca de 1,157 milhões de euro de capital e cerca de 113 mil euros de juros.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2006 e 2007, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Gрафedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um encaixe de dois milhões de Euros.

Em 29 de Dezembro ocorreu a alienação, por parte da Gestigráfica, da posição accionista de 9,02% detida sobre a Naveprinter à Global Notícias, por um montante de cerca de 859 mil euros concretizando-se, assim, o acordo celebrado entre a Lisgráfica e a Global Notícias subscrito em Agosto de 2004 no tocante a tal operação.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 de Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05.

Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

Na mesma Assembleia Geral de accionistas e com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, foi deliberado aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas

2004	2005	2006
1.632.780	1.809.025	2.082.635

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), que voltou a confirmar-se em 2005 em que se observou novo incremento de cerca de 177 milhões de cadernos (10,8%) , sendo que a análise da evolução se limita à impressão Heat-Set. Registou-se um incremento a nível de Heat-Set em 2005, ano em que do total da actividade da Empresa cerca de 89,22% foi impresso em Heat-Set, enquanto que no ano transacto se verificara um rácio de 86,98%. Em 2006 voltou a reforçar-se a tendência, registando-se um incremento de cerca de 274 milhões de cadernos (15,1%), tendo-se observado uma melhoria dos rácios de produtividade sob qualquer prisma que os analisemos.

2.Produção Linhas Ponto Arame

2004	2005	2006
228.757	249.280	287.339

Unidade: Mil Exemplares

3.Produção Linhas Capa Colada

2004	2005	2006
17.414	18.020	17.421

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “*Muller-Martini*” modelo 300, uma Linha “*Heidelberg*”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, uma Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um expressivo crescimento de cerca de 38 milhões de exemplares (15,3%), enquanto que na Capa Colada se registou um decréscimo da ordem dos 599 mil exemplares (3,3%), indicando um ligeiro o emagrecimento das revista.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 5,4 milhões de volumes, registando um nível abaixo do ano anterior.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins		
2004	2005	2006
167.122	120.800	4.088

Unidade: Mil Boletins

O exercício de 2005 terá sido o derradeiro ano de produção regular por parte da Lisgráfica, porquanto o lançamento de novo concurso redundou na adjudicação a duas unidades Gráficas da produção de Boletins necessários à satisfação das necessidades da Santa Casa.

A produção assinalada para o exercício de 2006 representa uma produção pontual destinada a satisfazer as necessidades da Sojogo, entidade encarregada da adjudicação dos boletins de Totobola para Moçambique tratando-se, assim, de uma experiência cujo sucesso não está ainda provado.

Dispondo o Departamento ainda da totalidade do equipamento ainda que sem pessoal adstrito, a respectiva utilização está condicionada à possibilidade de encontrar uma utilização alternativa, uma vez que a eventual utilização para a finalidade inicial está comprometida.

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2006 cerca de 5,4 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um decréscimo de cerca de 37 milhões de cadernos de 16 páginas em relação a 2005 (424 milhões de cadernos em 2005, contra 387 milhões em 2006) circunstância que tem como pressupostos uma reformulação editorial e um ajustamento da política de distribuição levados a cabo pelo Editor.

INVESTIMENTO

Pelo terceiro ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas, como foi o caso dos referidos três últimos exercícios.

Depois de no exercício de 2004 se ter registado um desinvestimento que, em termos brutos, se cifrou em cerca de 72 milhões de Euros, fundamentalmente em resultado do abate dos Terrenos e Instalações objecto da Operação Imobiliária e ainda dos Activos entregues à Gafedisport como forma de realização de capital e prestações acessórias bem como do abate da Rotativa de Revistas sinistrada, e apesar de terem ocorrido adições representativas de cerca de 3,2 milhões de Euros, voltou em 2005 a verificar-se um desinvestimento ainda que com uma expressão menor, de cerca de um milhão de Euros.

Em 2006, tendo as adições representado cerca de 684 mil Euros, verificaram-se abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros e regularizações com valor marginal de 12 mil Euros, realidades que concorreram para um desinvestimento líquido a rondar os 832 mil Euros.

- Investimentos em Curso:

Nesta classe verificou-se uma queda de cerca de 292 mil Euros, resultante de adições de 80 mil Euros, de transferência para Imobilizações Corpóreas de cerca de 360 mil Euros e de regularizações de cerca de 12 mil Euros. Os aumentos dizem respeito a investimentos iniciados no exercício, no âmbito de Estudos tendentes ao Projecto de Licenciamento Industrial e Ambiental.

- Imobilizações Corpóreas

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 684 mil Euros e abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros. Entre as primeiras sobressaem Grandes Reparações levadas a cabo nas Centrais de Ar Comprimido e Refrigeração envolvendo, respectivamente, investimentos da ordem de 50 mil Euros e 40 mil Euros, uma Grande Reparação na Rotativa nº 9 implicando um investimento de cerca 31 mil Euros, uma Reparação Geral na Estufa da Rotativa nº 3, implicando um investimento de cerca de 41 mil Euros, uma Grande Reparação no Sistema de Acabamento Ferag, envolvendo um investimento de cerca de 66 mil Euros, a instalação de Stacker no Empilhador da Muller Martini, implicando um investimento da ordem de 54 mil Euros, a montagem de uma Terceira Banda na Rotativa nº 9, envolvendo um investimento de cerca de 27 mil Euros e a construção de um WC e Escritório no Sector de Acabamento, implicando um investimento de cerca de 49 mil Euros.

Em matéria de Abates/ Alienações registaram-se em Equipamento Básico abates/alienações no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados.

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, uma queda de 1,451 milhões Euros e a respectiva evolução está explicada no Capítulo 2.2.3 Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 4,3 milhões de Euros e a título de juros, cerca de 500 mil Euros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 916 mil Euros e, a título de juros cerca de 433 mil Euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2,238 milhões de Euros; deste valor, cerca de 1,8 milhões de Euros representam amortização de capital e 431 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2006, representam um total de 9,400 milhões de Euros, subdivididos em 3,141 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 6,259 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Durante o exercício foi cancelado o Contrato de Locação Financeira com a Sudleasing, envolvendo a rotativa nº 5 e celebrado um novo contrato com a mesma Entidade, em moldes mais favoráveis para a Lisgráfica e tendo como objecto o mesmo equipamento.

O valor do esforço ligado à regularização de Passivo Financeiro e respectivos encargos no exercício representou, em consequência, cerca de 9,3 milhões de Euros, a acrescer a cerca de 60 milhões reduzidos durante os exercícios de 2004 e 2005; o Passivo Financeiro remanescente representa, no final do exercício, cerca de 29 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 38% da respectiva extensão em finais de 2003.

Não houve, no exercício de 2006, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05.

Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

Na mesma Assembleia Geral de accionistas e com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, foi deliberado aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2006 pode ser ilustrada no gráfico integrado no capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida no início do ano (1,68 em 31/12/05 para 1,89 em 28/02/06), uma descida que perdurou até Dezembro (1,77 em 31/03/06, para 1,15 em 31/12/06).

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior, a que se juntam 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível no ano de 2006 e 2007, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,9 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços/installações não necessários à operação industrial da Lisgráfica, tendo sido já identificados algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

Foi subscrito com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, entretanto reduzidas face ao cumprimento do plano prestacional, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2006 de cerca de 1,157 milhões de Euros de capital e cerca de 113 mil Euros de juros.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Grafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um encaixe de 2 milhões de Euros.

Em 29 de Dezembro ocorreu a alienação, por parte da Gestigráfica, da posição accionista de 9,02% detida sobre a Naveprinter à Global Notícias, por um montante de cerca de 859 mil Euros concretizando-se, assim, o acordo celebrado entre a Lisgráfica e a Global Notícias subscrito em Agosto de 2004 no tocante a tal operação.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2006.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da produção e vendas da Lisgráfica.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos, preocupação acrescida em função da limitação de recursos decorrente do sinistro.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que após a venda da participação na Gafedisport a Lisgráfica deixou de figurar, mesmo indirectamente, no ranking do segmento do Mercado de Jornais Diários, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e praticamente desaparecendo pelas razões apontadas em “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, como indica a operação visando os títulos da Lusomundo Media.

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente as revistas de periodicidade mensal “*Grazia*”, editada pela Media Capital, “*Stuff*”, editada pela Edimpresa, “*Gente jovem*”, “*Êxito*” e “*Mega Score*”, todas editadas pela RGB Editora, a publicação ainda de periodicidade mensal, destinada a promover o Alentejo, “*Mais Alentejo*”, editada pela Mais Alentejo-Promoção e Imagem, as revistas “*Mulher Moderna Cozinha Brazil*”, editada pela Impala, numa tentativa de penetração no mercado do país irmão, e “*Quattro Ruote*”, publicação virada para o mundo automóvel, a revista “*Certa*” de periodicidade quinzenal, da responsabilidade editorial da Edimpresa, e distribuída nas lojas do Modelo/Continente, a revista de publicação semanal “*Revista Viva +*”, editada pela

Global Notícias, a revista “*Tempos Livres*”, editada pelo Inatel, em resultado da adjudicação de tal trabalho em concurso público, organizado pelo Editor, a impressão dos *Folhetos/Catálogos* para os Grupos Plus, Chip 7, Carrefour (Espanha) através do Grupo Altavia e Portugal através da Agência Media 1881 e Colombo através da Agência Image Factory.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*DNA*” e “*Grande Reportagem*”, editadas pela Global Notícias, em resultado da reformulação editorial de suplementos levada a cabo pelo Editor e “*Caras Angola*” uma publicação semanal da Edimpresa, virada para o mercado angolano. Ainda por motivo de suspensão de publicação, deixámos de imprimir o “*Guia da Semana norte+sul*” da Sojornal, e o suplemento semanal editado pela Presselivre “*Correio Vidas*”, e ainda a revista técnica, de periodicidade mensal, da Edimpresa “*Microsoft Magazine*”, e a revista da Medipress “*Blitz*”, que havia substituído o jornal homónimo e, finalmente, o suplemento do Expresso , de periodicidade semanal, “*Suplemento Espaços & Casas*”.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpriu-se o programa de impressão fixado pelo editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão dos cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

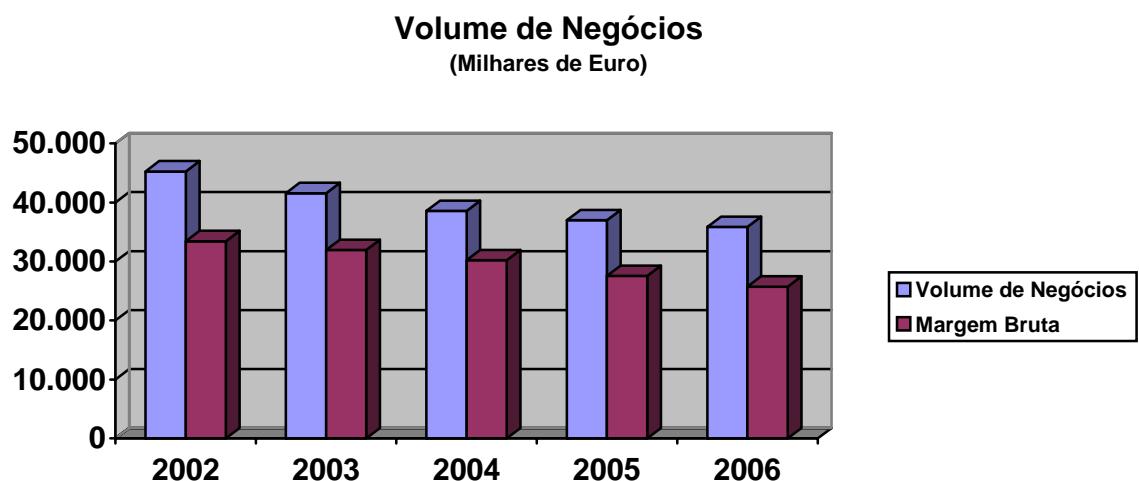
Estuda-se, em conjunto com o editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

2.2. INDICADORES ECONÓMICO – FINANCIEROS

Da actividade desenvolvida ao longo do exercício, bem como da sua evolução no decurso do último quinquénio, poderão os Senhores Accionistas aquilatar pela análise dos parâmetros a seguir indicados:

2.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS//VALOR ACRESCENTADO

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2002 e 2006, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada ao longo destes anos.

Os valores de 2006 traduzem uma queda líquida de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos.

Assim, na Família “*Revistas Semanais/Mensais*” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 636 mil Euros (4%), decorrente de tal Família ser a mais sensível à queda da publicidade/pressão do *pricing*.

Em “*Suplementos*” verifica-se um desvio desfavorável de cerca de 693 mil Euros (9,3%), consequência da suspensão de alguns títulos por parte da Global Notícias – *Grande Reportagem e DNA* – e suspensão por parte da Cofina da revista *Correio Vidas*.

Foi criado uma nova Família denominada “*Exportação*” acautelando a possibilidade de desenvolvimento de um esforço virado para o mercado externo tendo-se registado um volume de negócios no exercício de cerca de 229 mil Euros.

No tocante a “*Boletins*” e face ao histórico dos últimos anos, suspendeu-se a relação com a Santa Casa não se renovando o contrato de impressão de boletins, pelo que a actividade desenvolvida no exercício de 2006 se resume à impressão de um lote de boletins de *totobola* para Moçambique.

Nestas condições o desvio desfavorável registado, da ordem de 555 mil euros (95,7%) deve ser analisado face a tal realidade.

A variação registada na Família “*Listas Telefónicas*” foi negativa e da ordem de 1,063 milhões de Euro (18,9%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor e o início da mudança de formato de algumas Listas Regionais, reflectindo a mudança de política de distribuição de listas por parte do Editor.

Os “*Catálogos/Folhetos*” com um crescimento da ordem dos 1,944 milhões de Euros (46,2%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes e aproveitar o desenvolvimento que, nos últimos anos, se tem registado neste nicho.

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 220 mil Euros e 293 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Gрафedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a regularização operada no exercício de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 92 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2006 face ao exercício anterior e, em sentido contrário, uma perda de cerca de 131 mil Euros em Trabalhos para a Própria Empresa uma vez que durante o exercício de 2006 não foram incorridos quaisquer custos para tal finalidade.

Por fim, verifica-se uma diferença de cerca de 515 mil Euros na rubrica de Reversão de Ajustamentos uma vez que não se registou nenhum proveito nesta rubrica em 2006, ao contrário do observado em 2005 ano em que se registaram recuperações de créditos já provisionados, designadamente a recuperação parcial - 380 mil euros- de um cliente e de 135 mil euros através da alienação de um equipamento relevado como existência.

Do que antecede decorre que, em resultado do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%), ligeiramente atenuado pela recuperação verificada em *Proveitos Suplementares, Outros Proveitos Operacionais e Variação da Produção*, respectivamente com 220 mil Euros, 293 mil Euros e 92 mil Euros e contrariada com desvios desfavoráveis registados em *Trabalhos para a Própria Empresa e Reversão de Ajustamentos* com, respectivamente, 131 mil Euros e 515 mil Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 1,151 milhões de Euros (3,1%).

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acresentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	2002	2003	2004	2005	2006
Volume de Negócios	45.769	41.565	38.568	37.000	35.850
Matérias Consumidas					
Papel	5.505	2.992	2.941	3.163	4.016
Matérias subsidiárias	6.829	6.621	5.409	6.277	6.104
Valor Acrecentado	33.435	31.952	30.218	27.560	25.730
% Val Acrecent / Volume de Negócios	73,1%	76,9%	78,4%	74,5%	71,8%

Unidade: Milhares de Euros.

Concluímos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 1,483 milhões de Euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003, 1,734 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004, 2,658 milhões de Euros, equivalentes a 8,8% entre 2004 e 2005 e 1,830 milhões de Euros, equivalentes a 6,6% entre 2005 e 2006.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 88 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2006, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 70 milhões de Euros.

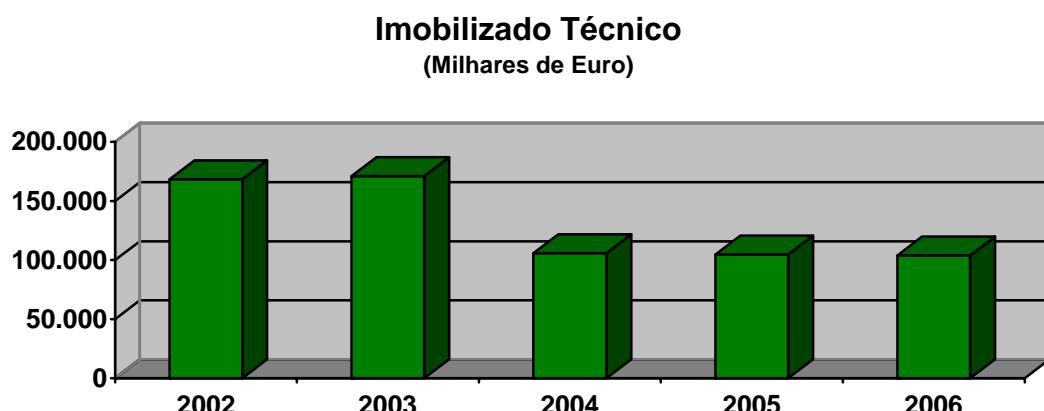
Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrecentado registou crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003) e persistiu numa trajectória de crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004), voltando à queda de 3,9 pontos em 2005 (de 78,4% em 2004 para 74,5% em 2005), agravada em 2006 com nova queda de 2,7% (de 74,5% em 2005 para 71,8% em 2006).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação e à evolução do custo das matérias primas, bem como à respectiva rentabilidade de utilização – registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euros, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euros, em 2003 para 46 mil Euros, em 2004 situou-se nos 71 mil Euros e não teve expressão em 2005 e 2006;

Por outro lado, e tendo em conta a evolução da operação “Folhetos/Catálogos”, em 2002 registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euros que, pelas razões apontadas, levou em 2003 a uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euros para em 2004 representar cerca de 2 milhões de Euros, e em 2005 cerca de 2,4 milhões de Euros, que cresceram em 2006 para perto de 3,6 milhões de Euros devendo ainda assinalar-se que as preocupações no domínio da melhor rentabilização dos meios e matérias-primas começaram já a dar os seus frutos.

2.2.2. IMOBILIZADO BRUTO TÉCNICO

Os valores das Imobilizações Técnicas, antes de amortizações, ao longo dos anos, sofreram a seguinte evolução:



Pelo terceiro ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas, como foi o caso dos referidos três últimos exercícios.

O desinvestimento líquido registado no exercício de 2006 foi de cerca de 832 mil Euros, repetindo o fenómeno ocorrido no exercício de 2005.

Procurando demarcar por períodos o esforço de investimento da Lisgráfica, podemos considerar os seguintes períodos:

No período 1996/2002 o investimento total representou quase 105 milhões de Euros, dimensão que ilustra bem a preocupação da Lisgráfica de antecipar as necessidades dos seus clientes/editores, bem como o aproveitamento de oportunidades de negócio susceptíveis de enriquecer o seu potencial, a despeito dos constrangimentos financeiros sentidos nos últimos três anos, em resultado do abrandamento da actividade.

Tendo-se imobilizado em 1996 cerca de 10 milhões de Euros, em 1997 cerca de 12,5 milhões de Euros, a maior parte dos quais visando completar o Programa de Investimentos previstos no âmbito do Pedip II, e em 1998 cerca de 15 milhões de Euros fundamentalmente ligados à operação de compra da Divisão Gráfica de Páginas Amarelas.

O exercício de 1999 marcou o início de um novo ciclo, abarcando o período 1999/2002, durante o qual se terá concretizado um volume de investimentos de cerca de 45 milhões de Euro, tendo o ano de 2000 constituído o ponto mais alto de tal ciclo, durante o qual, em investimentos técnicos e obras necessárias à sua instalação, se imobilizaram cerca de 28 milhões de Euros e se procedeu a uma reavaliação livre do património imobiliário da empresa que, em termos brutos, registou uma valorização de cerca de 22 milhões de Euros, representando os abates cerca de 9 milhões de Euros.

O exercício de 2004 foi, conforme já referido acima, um ano atípico na medida em que se operou um desinvestimento líquido expressivo em consequência, por um lado da operação de alienação de activos Imobiliários envolvidos na operação com o ESAF, dando lugar a abates líquidos de cerca de 39,8 milhões de Euros e, por outro, da alienação de equipamentos, designadamente da rotativa nº 8 sinistrada em resultado do incêndio do início do ano e dos equipamentos transferidos para a Naveprinter (rotativas de jornais) e para a Grafedisport (equipamentos cedidos como forma de realização de capital/prestações acessórias), tudo representando cerca de 6,3 milhões de Euros.

Em termos de adições avulta, em termos de Equipamentos Básicos, a Substituição dos Grupos da Rotativa M600, a Grande Reparação e Desmontagem da Rotativa Mercury, a Grande Reparação da Rotativa nº 9 e a Instalação de Duas Unidades Laser nos CTP's, tudo representando cerca de 1,5 milhões de Euros, bem como a passagem das Viaturas contratadas em Renting para o Imobilizado da Empresa o que representou um crescimento de tal rubrica de cerca de 470 mil Euros.

No exercício de 2005 verificaram-se adições de cerca de 2,2 milhões de Euros, destacando-se a instalação da Rotativa Harris 850 e da Máquina de Acabamento Muller Martini, bem como a Máquina de Cola Planatol, equipamentos adquiridos à Naveprinter aquando do encerramento do Departamento de Revistas, envolvendo cerca de 1,7 milhões de Euros, acrescidos de Equipamento de Transporte representando cerca de 100 mil Euros.

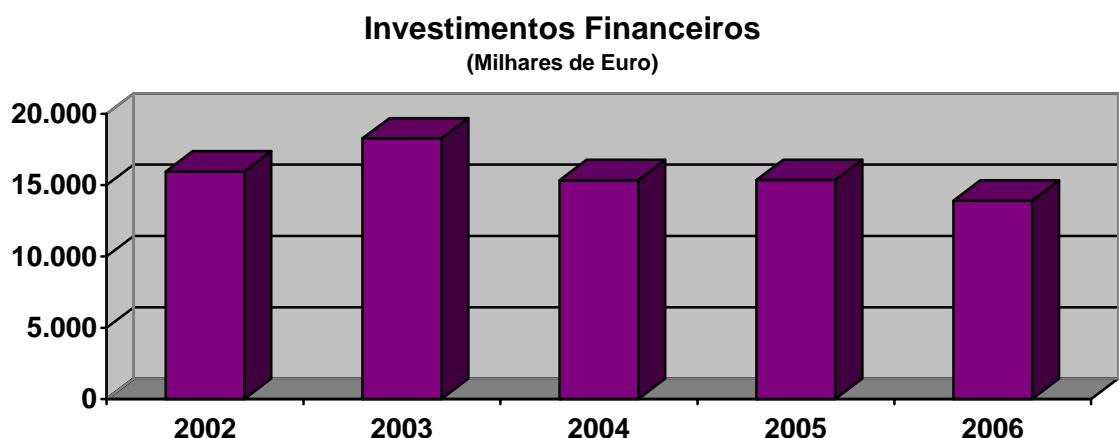
Em matéria de abates/alienações, registaram-se em Equipamento Básico no valor de cerca de 3,5 milhões de Euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados, enquanto que em relação a Equipamentos Administrativos, também totalmente amortizados, os abates/alienações se cifraram em cerca de 118 mil Euros.

Em 2006, tendo as adições representado cerca de 684 mil Euros, verificaram-se abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros e regularizações com valor marginal de 12 mil Euros, realidades que concorreram para um desinvestimento líquido a rondar os 832 mil Euros

Sublinha-se que, a par das preocupações de natureza tecnológica, a Lisgráfica continua a não descutar as componentes ambiental e de segurança bem como as condições de trabalho dos seus colaboradores, tendo iniciado no exercício em apreciação as acções necessárias à obtenção de certificação ambiental.

2.2.3. INVESTIMENTOS FINANCIEROS

A evolução desta rubrica fez-se conforme o gráfico abaixo:



A evolução registada no exercício de 2006 na conta Investimentos Financeiros traduz a alienação, operada no final do 1º trimestre do ano, da posição accionista de 50% detida na Gрафedisport à Cofihold, operação que envolveu o encaixe de dois milhões de Euros englobando a transmissão da posição accionista e os créditos derivados de prestações acessórias de capital.

Tendo em consideração que aquele investimento financeiro estava registado em Activos da Lisgráfica em 31/12/05 por 1,451 milhões de Euros, tendo em conta o valor nominal da participação – 1,250 milhões de Euros -, as prestações acessórias no valor de 500 mil Euros, o efeito da equivalência patrimonial registada face aos resultados apurados no período de participação - (71 mil euros) - bem como o efeito da dedução de metade do valor líquido da mais-valia apurada na entrega dos equipamentos objecto da realização do capital/prestações acessórias no valor de (228 mil Euros), tal operação determinou um resultado de cerca de 321 mil Euros.

As participações detidas pela Lisgráfica em 31/12/06 são as constantes do quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Efectiva Capital Social
1. Gestigráfica	13.880.161	52.500	100

Unidade: Euros

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no exercício em apreço Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

2.2.4. VALORES ACTIVOS E PASSIVOS

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

ACTIVO	2002	2003	2004	2005	2006
Disponível	2.165	918	5.680	5.836	4.614
Créditos curto prazo	16.853	19.613	25.209	19.579	14.533
Créditos M/L prazo	-	4.557	5.641	6.226	1.418
Existências	1.756	2.010	1.704	948	1.356
Imobilizações	127.193	112.389	56.753	53.666	47.319
Acréscimos/Diferimentos	507	739	1.609	2.146	1.575
Total	148.474	140.226	96.596	88.401	70.815

PASSIVO	2002	2003	2004	2005	2006
Provisões Outros Riscos e Encargos	1.250	1.620	1.117	453	2.231
Débitos curto prazo	53.828	46.639	42.923	43.559	37.176
Débitos M/ prazo	72.221	79.659	39.346	32.577	27.488
Acréscimos/Diferimentos	4.025	3.185	2.057	2.070	3.191
Total	131.324	131.103	85.443	78.659	70.086

Unidade: milhares de Euros

As variações mais significativas operadas nas rubricas do Activo Líquido, cujo valor total registou uma queda de cerca de 17,6 milhões de Euros (19,9%) verificaram-se em Imobilizações e Dívidas de Terceiros enquanto que, no tocante a Disponibilidades, Existências e Acréscimos e Diferimentos tais variações assumiram valores menos expressivos tendo-se, no caso das Existências, verificado um ligeiro acréscimo.

De facto, as Imobilizações registaram um decréscimo de cerca de 6,347 milhões de Euros enquanto as Dívidas de Terceiros registaram uma queda de cerca de 5,046 milhões de Euro no tocante às de Curto prazo, tendo as de M/I Prazo sofrido uma descida de cerca de 4,808 milhões de Euros.

Por seu turno, as Existências cresceram cerca de 408 mil Euros, enquanto que os Acréscimos e Diferimentos e as Disponibilidades registaram quedas de cerca de 571 mil e 1,222 milhões de Euros, respectivamente.

As Imobilizações Corpóreas reduziram-se, em termos líquidos, cerca de 4,9 milhões de Euros o que equivale a investimentos corpóreos realizados no ano de 684 mil Euros, às amortizações praticadas no Imobilizado Corpóreo de 5,517 milhões de Euros, a abates/alienações no valor de cerca de 1,504 milhões de Euros, cujas amortizações anuladas representavam cerca de 1,452 milhões de Euros e a regularizações de imobilizações em curso, por transferência para custos representando cerca de 12 mil Euros.

As Imobilizações Financeiras registaram uma queda de cerca de 1,451 milhões de Euros, enquanto que as Imobilizações Incorpóreas estavam saldadas.

As Disponibilidades observaram uma descida de 1,2 milhões de Euros fundamentalmente à custa da redução de Depósitos em Bancos, por desmobilização parcial dos depósitos colaterais associados às garantias prestadas a favor do IAPMEI e DGI, atenuada pelo efeito da valorização da cotação dos títulos incluídos em Outras Aplicações de Tesouraria.

Os Créditos M/L Prazo registaram um decréscimo de 4,8 milhões de Euros avultando, em tal queda, a regularização, por parte da Gestprint de cerca de 5 milhões de Euros e a redução a zero dos saldo dos créditos sobre a Gildapress que foram objecto de provisionamento aquando do saneamento operado no final do 1º semestre do exercício.

Em sentido contrário evoluiu o saldo registado em Empresas do Grupo, que registou um crescimento de cerca de 788 mil Euros, derivado da transferência de curto para M/L Prazo face às expectativas de regularização.

Os Créditos a c/ prazo registaram globalmente uma queda de 5.046 mil Euros, ressaltando o desaparecimento do saldo relativo a Empresas do Grupo, associado a créditos sobre a Grafilis, cuja explicação foi fornecida acima; a queda verificada na rubrica “Empresas Participadas e Participantes” da ordem de 670 mil Euros, traduzindo essencialmente a regularização dos créditos associados à Naveprinter e Grafedisport que haviam transitado de 2005, sendo que no primeiro caso reflecte o encontro de contas entre as Empresas, enquanto que no caso da Grafedisport foram transferidos cerca de 137 mil Euros para “Outros Devedores” à data da alienação da participação; o decréscimo registado na rubrica “Estado e outros entes públicos” da ordem dos 515 mil Euros traduzindo a utilização de IVA a recuperar no valor de cerca de 585 mil Euros, transitado de 2005, e a especialização de cerca de 70 mil Euros a título de Pagamento Especial por conta de 2006;

Finalmente, a queda de cerca de 3,127 milhões de Euros observada em “Outros Devedores, de que se destaca a regularização de cerca de 2,116 milhões de Euros de créditos sobre a Naveprinter, ao abrigo do encontro de contas assinalado acima, a regularização de cerca de 167 mil Euros de créditos sobre a Dra. Gracinda, advogada do processo s/ Comércio do Porto, ora provisionados, o decréscimo de cerca de 935 mil Euros do saldo da “operação factoring”, em 2005 titulada pela Eurofactoring e em 2006 titulada pela “BCP Factoring”, traduzindo o volume de carteira cedido e não financiado e, em sentido inverso, um acréscimo de 137 mil Euros relacionado com a transferência do saldo devedor da Grafedisport de Accionistas para esta rubrica.

As Existências registaram um incremento de 408 mil Euros, cuja explicação assenta essencialmente no crescimento das existências de Matérias –Primas e Subsidiárias, em especial papel, na ordem dos 353 mil Euros e de um ligeiro incremento, da ordem dos 55 mil Euros da “Produção em curso” registada no final dos exercícios de 2005 e 2006.

Os Acréscimos e Diferimentos activos traduzem um decréscimo de cerca de 570 mil Euros que, fundamentalmente, resulta da queda dos “Custos Diferidos”, em particular traduzindo uma descida de 824 mil Euros no tocante a Rappel s/ Vendas, uma descida de cerca de 65 mil Euros no tocante a especialização de custos com seguros, e um decréscimo de cerca de 28 mil Euros relativos a especialização de encargos financeiros; em sentido inverso, comportaram-se os crescimentos em Peças de conservação, que registaram um incremento de 94 mil Euros e Rendas de Edifícios e Instalações com crescimento de 247 mil Euros.

A análise do Passivo revela um redução do endividamento com uma expressão de cerca de 8,6 milhões de Euros (10,9%).

Os Débitos a c/ Prazo revelaram uma queda líquida de 6,4 milhões de Euros (14,6%) merecendo realce, neste âmbito, o crescimento verificado nas rubricas “Empresas do Grupo” da ordem de 1,4 milhões de Euros, traduzindo a entrega feita pela Rasográfica à Gestigráfica, e posterior transferência desta para a Lisgráfica, no âmbito do pagamento faseado da aquisição da Heska; evoluíram em sentido inverso todas as outras restantes rubricas desta classe, ainda que com expressão diversa, ressaltando a evolução de “Fornecedores, c/c”, “Fornecedores, c/ Facturas em recepção e conferência”, “Fornecedores, c/ Títulos a Pagar” e “Fornecedores de Imobilizado, c/ Títulos a Pagar” que, conjuntamente, representam um decréscimo de cerca de 2,3 milhões de Euros, reflectindo uma melhoria registada na regularização dos créditos de Fornecedores e uma melhoria no prazo médio de pagamentos; igualmente se registou uma queda de cerca de 3,4 milhões de Euros em “Outros Empréstimos Obtidos” traduzindo a renegociação do Programa de Papel Comercial da Caixa BI, que previa uma amortização bullet de 3,750 milhões de Euros e foi reescalonado, passando 3,375 milhões de Euros a estar

alojado em “Dívidas a M/L Prazo”; no tocante a “Estado e outros Entes Públicos”, registou-se uma descida de 307 mil Euros reflectindo em particular a redução de IVA de 2004 de cerca de 341 mil Euros, compensados com uma parcela de IVA a recuperar, cujo despacho favorável da DGI foi finalmente proferido; quanto a “Outros Credores” verificou-se um decréscimo de 455 mil Euros.

As variações ocorridas em Débitos a M/L prazo que, em resumo e em termos líquidos, ascendem a 5,089 mil Euros, traduzem, no tocante a “Dívidas a Instituições de crédito” em que se observou uma queda de cerca de 4 milhões de Euros, a redução da dívida financeira relativamente ao BCP de cerca de 3,2 milhões de Euros regularizados por mobilização e utilização dos depósitos colaterais associados às garantias bancárias associadas ao PEC e a redução de cerca de 574 mil Euros perante o Banco BPI, face à respectiva regularização; a queda registada em “Fornecedores de Imobilizado, c/c” de cerca de 2,2 milhões de Euros reflecte a regularização de rendas de locação financeira de bens adquiridos em leasing; a queda de cerca de 869 mil Euros, registada em “Estado e outros entes públicos” traduz a regularização do esquema prestacional associado ao PEC, consubstanciado no pagamento das prestações perante a DGI, a Segurança Social e o IAPMEI; em sentido contrário comportou-se a rubrica “Outros empréstimos obtidos” que registou uma subida de cerca de 2,2 milhões de Euros, reflectindo a passagem para M/L prazo de parte do reescalonado Programa de papel Comercial da Caixa BI, minorado pela regularização operada no exercício das prestações relativas aos Programas do BCP e do Banif.

Os “Acréscimos e Diferimentos” passivos registaram um incremento de cerca de 1,121 milhões de Euros, sendo que em Acréscimos de Custos se registou uma variação crescente de cerca de 1,156 milhões de Euro, enquanto que em Proveitos Diferidos se verificou uma variação em sentido inverso de cerca de 36 mil Euros; o crescimento de Acréscimos de Custos decorre do empolamento de Remunerações a Liquidar, Rappel a liquidar por efeito de adequação de procedimentos no tocante à especialização de custos, enquanto que a redução marginal registada em Proveitos Diferidos resulta da redução de Subsídios ao Investimento.

Mantendo a perspectiva cautelosa que levou à sua criação, foi durante o exercício, reforçada a Provisão para Outros Riscos e Encargos em cerca de 1,8 milhões de Euros consignados à cobertura de situações específicas fundamentalmente destinada a créditos sobre a Grafilis, no âmbito das medidas de saneamento levadas a cabo no final do 1º semestre do exercício.

2.2.5. DESPESAS

Os encargos ao longo dos últimos cinco anos, evoluíram do seguinte modo:

	2002	2003	2004	2005	2006
CMVC	12.334	9.614	8.350	9.774	10.120
FSE	8.801	7.301	8.231	9.165	8.764
Despesas c/ o Pessoal	12.409	12.062	10.909	11.504	11.241
Despesas Financeiras	7.827	5.126	3.690	2.795	2.582
Amortizações / Provisões/Ajustamentos	9.143	9.059	8.385	5.798	5.519
Outras Despesas / Encargos	4.611	4.552	5.418	645	853
TOTAL	55.125	47.714	44.983	39.681	39.079

Unidade: Milhares de Euros

A variação de Custos do Exercício, relativamente ao ano anterior, traduz um desagravamento residual de cerca de 602 mil Euros (1,5%).

O Custo das Mercadorias Vendidas/Consumidas representou 29,8% da facturação e reflectiu um agravamento cerca de 346 mil Euros em relação ao ano anterior, traduzindo uma perda de 1,9% no rácio CMVC/Vendas + Prestação de Serviços. Tal evolução reflecte uma menor rentabilidade na utilização das matérias-primas, ainda que parcialmente justificada no que concerne ao papel pelo maior peso relativo na impressão de Catálogos/Folhetos e pela fatia que em tal classe de custos representou em 2005 o custo dos equipamentos, alocados a Existências, e alienados naquele exercício.

O incremento do consumo de papel, da ordem dos 852 mil Euros deve-se, fundamentalmente, ao crescimento da venda de Folhetos/Catálogos que registou uma variação de cerca de 1,9 milhões de Euros e está assim totalmente justificado.

No tocante a outras matérias primas, registou-se uma descida de Tintas de cerca de 26 mil Euros (1,54%), uma descida de Chapas de cerca de 99 mil Euros (11,3%) e um decréscimo de Outras Matérias subsidiárias de cerca de 5 mil Euros (0,45%), todas insuficientes face à queda das Vendas/Prestação de Serviços registadas nos dois exercícios.

Em resultado de tais variações, o peso relativo do CMVC nas Receitas piorou 1,9%, uma vez que estas em valor nominal tiveram uma queda de 1,110 milhões de Euros, (35.034 mil Euros em 2005, contra 33.924 mil Euros em 2006), enquanto que os consumos registaram um desagravamento de 590 mil Euros (3,5%).

Os FSE registaram um desagravamento de 401 mil Euros (4,4%), reflectindo uma proporção de 25,8 % da facturação, contra 26,2% em 2005, registando-se uma ligeira melhoria de tal rácio.

Registou-se uma redução em Subcontratos da ordem dos 354 mil Euros (35,3%) resultante de menor recurso à subcontratação, designadamente em matéria de Impressão (500 mil Euros), e um ligeiro acréscimo em Acabamento (134 mil Euros), remedida que foi a limitação de meios determinada pelo incêndio da rotativa 8.

As variações ocorridas no concernente às rubricas de Serviços de Terceiros representaram um desagravamento de cerca de 47 mil Euros, verificando-se desvios nos dois sentidos, merecendo contudo realce a verificação de desvios desfavoráveis nas rubricas de Rendas e Alugueres (35 mil Euros), por força da actualização da renda das instalações, Electricidade (401 mil Euros), por força da actualização do tarifário, Combustíveis e Lubrificantes (37 mil Euros), Trabalhos Especializados (37 mil Euros), Material de Embalagem (53 mil Euros), compensados por desvios favoráveis nas rubricas Conservação e Reparação (96 mil Euros), Gaz (46 mil Euros), Água (42 mil Euros), Seguros (26 mil Euros), Limpeza, Higiene e Conforto (40 mil Euros), Vigilância e Segurança (49 mil Euros), Pessoal Cedido (158 mil Euros) e Outros Fornecimentos e Serviços (165 mil Euros).

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 263 mil Euros (2,30%), representando 33,1% das Vendas Líquidas, contra 32,8% em 2005.

O decréscimo residual desta classe de custos, face à mais expressiva queda das Vendas deve-se, quase que exclusivamente, ao crescimento expressivo das Indemnizações/Pré-reformas que registaram um incremento de cerca de 307 mil Euros.

Efectivamente, constatamos que a rubrica “Ordenados e Encargos Sociais” registou uma queda de 205 mil Euros (3,43%), enquanto que o recurso a Horas Extraordinárias caiu cerca de 119 mil Euros (7,62%), tal como o Subsídio de Turno que registou um decréscimo de 16 mil Euros (4,68%).

As restantes rubricas tiveram comportamento idêntico e evoluíram por arrastamento natural, designadamente a Taxa Social Única que caiu cerca de 82 mil Euros (4,56%), Seguros que decresceu cerca de 36 mil Euros (9,27%), Refeições que caíram 87 mil Euros (9,25%), e Outros Custos com Pessoal que igualmente observou um decréscimo de cerca de 25 mil Euros (28,4%).

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 213 mil Euro (7,2%).

Face às Vendas Líquidas, os Custos Financeiros representaram em 2006 cerca de 7,61%, contra 7,98% em 2005.

As medidas tomadas no domínio do reenquadramento, redução e consolidação da dívida aliadas à evolução das taxas produziram efeitos em algumas fontes de financiamento assumindo particular realce em Juros de Leasing (762 mil Euros em 2005 contra 321 mil Euros em 2006), tendo evoluído em sentido inverso, especialmente face ao crescimento das taxas de juro em Juros de Papel Comercial (404 mil Euros em 2005, contra 433 mil Euros em 2006) e Juros de Mora e Compensatórios (90 mil Euros em 2005, contra 180 mil Euros em 2006), Juros de Empréstimos (642 mil Euros em 2005, contra 645 mil Euros em 2006) e Juros de Acordos com o Estado (87 mil Euros em 2005, contra 205 mil Euros em 2006), tendo em conta que o esquema prestacional associado ao PEC apenas se iniciou em Agosto de 2005.

Comportaram-se favoravelmente, ainda os Descontos de p.p. concedidos (119 mil Euros em 2005, contra 89 mil Euros em 2006) e os Outros Enc Financeiros (509 mil Euros em 2005, contra 496 mil Euros em 2006).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 146 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Do valor de 5.517 mil Euros de amortizações praticadas, couberam a bens adquiridos em Leasing cerca de 3.293 mil Euros e a Bens Próprios cerca de 2.224 mil Euros, representando tal classe de Custo cerca de 16,2% da Facturação líquida, contra os 16,2% no exercício de 2005, dada a característica inelástica de tal parcela de custo.

As Provisões Ajustamentos praticadas no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 2 mil Euros, contra cerca de 135 mil Euros em 2005.

Cabe ainda referir que os Custos de 2006 incluem um valor de 587 mil Euros classificado como Custos Extraordinários onde avultam cerca de 460 mil Euros derivados de Multas e Penalidades Contratuais, cerca de 12 mil Euros de donativos, e 115 mil Euros de Outros Custos e Perdas Extraordinárias, enquanto que em 2005 a mesma classe de Custos atingira um valor de 358 mil Euros onde avultava o registo de Multas e Penalidades Contratuais da ordem dos 170 mil Euros, perdas em Existências de cerca de 3 mil Euros, donativos representando cerca de 12 mil Euros, e Outros Custos extraordinários da ordem dos 173 mil Euros.

2.2.6. CAPITAIS PRÓPRIOS

A sua evolução foi a seguinte:

	2002	2003	2004	2005	2006
Capital	19.527	19.527	19.527	19.527	(274)
Reservas/Ajustamentos	3.515	(5.255)	(10.404)	(8.375)	3.468
Resultados Retidos	(5.892)	(5.148)	2.029	(1.410)	(2.465)
TOTAL	17.151	9.124	11.152	9.742	729

Unidade: Milhares de Euros

O Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31/12/05, com a expressão de 1.410.436 Euros foi transferido, por decisão tomada em Assembleia Geral de accionistas, para Resultados Transitados.

As alterações operadas nos Capitais Próprios, durante o exercício, para além das que envolveram a aplicação de resultados negativos do exercício no valor de 1.410 mil Euros, traduziram-se na transferência de “Reservas de reavaliação” para “Resultados Transitados” de cerca de 100.250 Euros relacionados com as amortizações praticadas no exercício de bens que haviam sido objecto reavaliações legais e/ou livres, o efeito da redução de capital, deliberada em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06, de 20.000.000 Euros para 200 mil Euros, para cobertura de prejuízos, no valor global de 19.800.000 Euros, operada por redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros cada e finalmente, o saneamento financeiro operado durante o exercício, traduzido na regularização de um conjunto de saldos, essencialmente relacionados com contas a receber de clientes e outros devedores bem como de empresas do grupo, originados em exercícios anteriores, no total de 6.547.855 Euros.

Tais regularizações compreenderam saldos com o detalhe constante da Nota 40 do Anexo às Contas.

Os Capitais Próprios da Empresa registaram, assim, uma queda de 9.013 mil Euros, por efeito do saneamento operado, responsável por 6.548 mil Euros e dos resultados líquidos apurados no exercício, que se situaram em 2.465 mil Euros, já que as restantes alterações registadas derivaram de transferências de rubrica acima explicitadas, situação que se acomodará logo que concretizada a operação de aumento de capital deliberada na mesma Assembleia Geral que decidiu a redução de capital.

2.2.7. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCIEROS E DE ACTIVIDADE

	2002	2003	2004	2005	2006
Produção (mil Euros)	45.769	41.566	38.568	37.000	35.850
Activo Líquido (mil Euros)	148.474	140.226	96.596	88.401	70.815
Situação Líquida (mil Euros)	17.151	9.124	11.152	9.742	729
Desp. c/ Pessoal (mil Euros)	12.409	12.062	10.909	11.504	11.240
Papel Transformado (Ton.)	85.000	85.000	87.500	87.750	87.750
Exemplares/semana (mil.)	7.000	7.250	7.250	7.250	7.000
Capacidade Produtiva *	700	700	650	650	650
Remuneração per/capita (mil Euros)	25,4	27,5	28,5	28,8	30,9
VAB (mil Euros)	33.435	31.952	30.218	27.560	25.730
VAB Per Capita (mil Euros)	68,4	72,6	78,9	69,1	70,7
Meios Libertos (mil Euros)	3.346	3.981	10.414	4.388	3.054
Autonomia Financeira (%)	11,5	6,5	11,5	11,0	1,03
EBITDA (mil Euros)	11.041	9.108	10.640	6.271	5.459

* Milhares de cadernos de 16 páginas/hora.

2.2.8. RESULTADOS

	2002	2003	2004	2005	2006
Resultados Operacionais	2.402	3.057	2.256	472	(61)
Resultados Financeiros	(7.684)	(4.736)	382	(2.605)	(2.447)
Resultados antes Impostos	(5.282)	(5.077)	2.093	(1.332)	(2.386)
Imposto s/ Rendimento	95	71	64	79	79
Resultados Líquidos	(5.892)	(5.148)	2.029	(1.410)	(2.465)

Unidade: Milhares de Euros.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento parece, começar agora, a sair de um longo ciclo de profunda letargia e a dar os primeiros sinais de reanimação consistente.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2005 e 2006 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller – Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.

Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior apenas representou no exercício de 2006 cerca de 40 mil Euros, contra os cerca de 600 mil Euros suportados em 2005.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se uma queda das Vendas Globais, face ao ano de 2005, de cerca de 1,110 mil Euros (3,2%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 273 milhões (15,1%).

É patente a desproporção entre o registo em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas Semanais e Mensais* traduzida em cerca de 636 mil Euros, na *Família Suplementos* traduzida em cerca de 693 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 555 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 1.063 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Folhetos/Catálogos* da ordem de 1.944 mil Euros.

Foi criado uma nova Família denominada “*Exportação*” acautelando a possibilidade de desenvolvimento de um esforço virado para o mercado externo tendo-se registado um volume de negócios no exercício de cerca de 229 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram aquém do Orçamento anual num valor rondando os 4,150 milhões de Euros (10,9%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 220 mil Euros e 293 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Gafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a regularização operada no exercício de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 92 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2006 face ao exercício anterior e, em sentido contrário, uma perda de cerca de 131 mil Euros em Trabalhos para a Própria Empresa uma vez que durante o exercício de 2006 não foram incorridos quaisquer custos para tal finalidade.

Por fim, verifica-se uma diferença de cerca de 515 mil Euros na rubrica de Reversão de Ajustamentos uma vez que não se registou nenhum proveito nesta rubrica em 2006, ao contrário do observado em 2005 ano em que se registaram recuperações de créditos já provisionados, designadamente a recuperação parcial - 380 mil euros- de um cliente e de 135 mil euros através da alienação de um equipamento relevado como existências.

Do que antecede decorre que, em resultado do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%), ligeiramente atenuado pela recuperação verificada em *Proveitos Suplementares, Outros Proveitos Operacionais e Variação da Produção*, respectivamente com 220 mil Euros, 293 mil Euros e 92 mil Euros e contrariada com desvios desfavoráveis registados em *Trabalhos para a Própria Empresa e Reversão de Ajustamentos* com, respectivamente, 131 mil Euros e 515 mil Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 1,151 milhões de Euros (3,1%).

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e `a sua adequação às novas condições de laboração, observou-se uma redução dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2005, de cerca de 618 mil Euros para cujo sucesso concorreram todas as rubricas, com excepção dos CMVC.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 346 mil Euros (3,54%), explicado pelo maior consumo de papel – 852 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, pela queda dos consumos das outras matérias primas e subsidiárias e pelo desaparecimento dos custos de vendas de mercadorias ocorrido em 2005 e associado à venda dos equipamentos alocados a existências.

Os FSE registaram um desagravamento de 400 mil Euros (4,4%), reflectindo uma proporção de 25,8 % da facturação, contra 26,2% em 2005, registando-se uma ligeira melhoria de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 263 mil Euros (2,30%), representando 33,1% das Vendas Líquidas, contra 32,8% em 2005.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 213 mil Euro (7,6%).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registraram um decréscimo de 146 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Os Ajustamentos praticadas no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 2 mil Euros, contra cerca de 135 mil Euros em 2005.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio favorável de cerca de 1,230 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 330 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 61 mil Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 533 mil Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 1.151 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma melhoria de cerca de 618 mil Euros.

A queda dos Proveitos Operacionais fez-se sentir particularmente em Vendas e Prestação de Serviços, com uma expressão de cerca de 1.110 milhões de Euros, com uma quota-parte de cerca de 415 mil Euros em Vendas de Mercadorias, face à não verificação no exercício da venda de equipamentos alocados a existências registada em 2005; a queda na Prestações de Serviços, já explicitada em capítulo próprio, atingiu a expressão de 695 mil Euros, enquanto que a variação registada em Proveitos Suplementares e Outros Proveitos Operacionais foi marginal.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (2.447) mil Euros, contra (2.605) mil Euros em 2005 melhorando, em consequência, cerca de 158 mil Euros. Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 213 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como de um decréscimo cifrado em cerca de 54 mil Euros de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem, assim, a expressão de (2.508) mil Euros, contra (2.133) mil Euros em 2005, somatório dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, homólogos.

Os Resultados Extraordinários variaram negativamente cerca de 680 mil Euros, por efeito conjugado do incremento de 229 mil Euros dos Custos Extraordinários (358 mil Euros em 2005, contra 587 mil Euros em 2006), e da redução mais expressiva dos Proveitos Extraordinários que registaram uma queda de cerca de 451 mil Euros (1.159 mil Euros em 2005, contra 708 mil Euros em 2006). O detalhe de Custos e Proveitos Extraordinários consta da Nota 46 do Anexo às Contas.

O Cash-flow atingiu 3.054 mil Euros, contra 4.388 mil Euros em 2005, registando uma queda de 1.334 mil de Euros, reflexo da redução registada no Resultado Líquido de cerca de 1.055 mil Euros, já amplamente justificado e de uma descida das rubricas Amortizações/Provisões/Ajustamentos de cerca de 279 mil Euros, conjugados com um agravamento inexpressivo da tributação autónoma.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência do agravamento do resultado e do saneamento financeiro levado a cabo no final do semestre, factores que conjugados determinaram a degradação dos Capitais Próprios em cerca de 7,6 milhões de Euros, conjugada com a redução do Activo Líquido (17,6 milhões de Euros) atingiu a expressão de 1,03%, contra o índice de 11% verificado em 2005.

O EBITDA registou uma descida de cerca de 812 mil Euros, em resultado da evolução negativa do resultado, conjugada com a queda das Amortizações/Ajustamentos.

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2007

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2007 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que em relação a tal exercício, não havendo ainda sinais de crescimento consistente estarão, pelo menos, afastadas as perspectivas de recessão que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos anos.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis nos exercícios precedentes, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2007, uma vez que tendo reforçado os meios da equipa de Controlo da Produção se tornará mais eficaz o controlo dos índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção prosseguindo, desse modo, o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2007 foi feita em moldes conservadores, admitindo para *Revistas* e *Suplementos* as receitas derivadas dos títulos novos contratados, supondo que os títulos antigos serão conservados com nível de facturação idêntico ao registado em 2006, mas tendo em conta alguns títulos perdidos, designadamente na Família Suplementos (Dna, Xis e Grande Reportagem), e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de *Folhetos/Catálogos* e *Listas Telefónicas*, traduzirão crescimentos de 42% e de 3%, respectivamente pressupostos que, em conjunto, reflectem uma estimativa de crescimento global da ordem dos 4%.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos cerca de 15% acima do Programa Económico fixado enquanto que, em matéria de Custos, nos situamos cerca de 9,9% acima, concorrendo tais desvios, conjugadamente, para que o Resultado do trimestre traduza uma melhoria, face ao Programa Económico de cerca de 116 mil Euros, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2007.

Decorreu entre 16 e 30 de Março o período de subscrição da Oferta Pública de Subscrição das 96 milhões de novas acções, com o valor nominal de 5 cêntimos, representativas do aumento de capital reservado a accionistas deliberado em Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Novembro de 2006, visando o reforço de capitais próprios da Sociedade.

No exercício dos direitos de subscrição foram subscritas 87.051.782 acções, representativas de cerca de 90,7% do total das acções a emitir, tendo ficado disponíveis para rateio 8.948.218 acções, cujos pedidos suplementares totalizaram 157.524.995 acções.

Fechada que foi a operação a Gestprint passou a deter, directamente, 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,0583% do capital social e 82,1011% dos direitos de voto na Lisgráfica.

Durante o exercício continuaram as diligências tendentes ao desenvolvimento do projecto imobiliário, a conduzir em colaboração com o ESAF e Gabinetes de Consultadoria Externa, por forma a obter o loteamento e aproveitamento urbanístico adequados às áreas não necessárias ao desenvolvimento industrial tendo já sido levada a cabo, a solicitação da Câmara de Oeiras, um estudo de tráfego com vista a avaliar o impacto associado ao estudo prévio apresentado.

No âmbito de tal projecto será edificada durante o exercício de 2007 uma instalação para recolha e tratamento de aparas de papel, resultante da operação, com vista ao respectivo tratamento e reciclagem para além de terem sido já identificadas algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

4. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que mantém na sua carteira de títulos 110.713 acções daquela Instituição Financeira.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos immobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2006 no montante de Euro (2.465.405) Dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinco Euros, tenha a seguinte aplicação”

1. “Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo”.

Queluz de Baixo, 16 de Abril de 2007

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do n.º 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2006 quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

2 – Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALINEA B) DO Nº1 DO ART.20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 31 de Dezembro de 2006 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,11% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS ANUAIS ANEXAS, REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (VALORES EM EUROS)

Autofinanciamento	3.053.781
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a €0,05	2.610

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2006			2005
		AB	AA	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	10	100.558.035	68.413.369	32.144.666	36.611.158
Equipamento de transporte	10	1.319.839	895.224	424.615	489.465
Ferramentas e utensílios	10	56.868	48.862	8.006	13.948
Equipamento administrativo	10	1.188.197	940.004	248.193	303.198
Outras imobilizações corpóreas	10	758.482	281.362	477.120	501.493
Imobilizações em curso	10	80.000	-	80.000	371.814
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	41.000	-	41.000	30.000
		104.002.421	70.578.821	33.423.600	38.321.076
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	13.880.161	-	13.880.161	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas	10	-	-	-	950.584
Empréstimos a empresas associadas	10	-	-	-	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964
		13.895.125	-	13.895.125	15.345.709
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente		-	-	-	88.732
Empresas do grupo	16	787.986	-	787.986	-
Empresas participadas e participantes	16	630.207	-	630.207	5.550.207
Outros devedores	21 e 23	9.497.970	9.497.970	-	587.333
		10.916.163	9.497.970	1.418.193	6.226.272
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	21 e 41	1.233.659	4.630	1.229.029	875.765
Produtos e trabalhos em curso	42	127.141	-	127.141	71.819
		1.360.800	4.630	1.356.170	947.584
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		6.677.280	-	6.677.280	6.547.154
Clientes - títulos a receber		-	-	-	84.713
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	10.475.533	10.475.533	-	-
Empresas do grupo		-	-	-	715.994
Empresas participadas e participantes	16	1.578.957	-	1.578.957	2.249.455
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		20.306	-	20.306	81.996
Estado e outros entes públicos	48	193.509	-	193.509	709.540
Outros devedores	21 e 23	6.211.297	148.731	6.062.566	9.189.753
		25.156.882	10.624.264	14.532.618	19.578.605
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	21 e 51	629.972	319.975	309.997	257.961
		629.972	319.975	309.997	257.961
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	51	4.302.713	-	4.302.713	5.576.366
Caixa	51	1.441	-	1.441	2.039
		4.304.154	-	4.304.154	5.578.405
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	38.878	-	38.878	21.405
Custos diferidos	49	1.536.280	-	1.536.280	2.124.166
		1.575.158	-	1.575.158	2.145.571
Total de amortizações			70.578.821		
Total de ajustamentos			20.446.839		
Total do activo		161.840.675	91.025.660	70.815.015	88.401.183

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2006	2005
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	200.000	20.000.000
Ações próprias - valor nominal	40	(2.611)	(261.065)
Ações próprias - descontos e prémios	40	(471.510)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	7.196.951	7.196.951
Reservas de reavaliação	40	139.404	239.654
Reservas:			
Reserva legal	40	1.008.586	1.008.586
Outras reservas	40	8.424	8.424
Resultados transitados	40	(4.885.047)	(16.827.005)
Subtotal		3.194.197	11.152.489
Resultado líquido do exercício	40	(2.465.405)	(1.410.436)
Total do capital próprio		728.792	9.742.053
PASSIVO:			
Provisões:			
Outras provisões	34	2.230.851	453.012
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	50	6.603.290	10.586.804
Fornecedores, conta corrente	52	1.551.241	1.770.875
Outros empréstimos obtidos	50	8.127.355	5.917.150
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	6.258.779	8.485.577
Estado e outros entes públicos	48	4.947.029	5.816.226
		27.487.694	32.576.632
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		-	299
Dívidas a instituições de crédito	50	3.253.113	3.580.285
Fornecedores, conta corrente		11.929.792	13.723.470
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		208.367	365.295
Fornecedores - títulos a pagar		982.734	1.184.232
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		710.077	890.369
Empresas do grupo	16	11.077.053	9.677.704
Outros empréstimos obtidos	50	1.624.207	5.037.383
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	3.650.294	4.597.503
Estado e outros entes públicos	48	1.882.920	2.189.427
Outros credores		1.857.999	2.313.103
		37.176.556	43.559.070
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	2.695.021	1.538.644
Proveitos diferidos	49	496.101	531.772
		3.191.122	2.070.416
Total do passivo		70.086.223	78.659.130
Total do capital próprio e passivo		70.815.015	88.401.183

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2006		2005	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias					
Matérias	41	10.120.533	10.120.533	334.484	9.774.302
Fornecimentos e serviços externos			8.764.446		9.164.858
Custos com o pessoal:					
Remunerações		7.670.524		8.067.916	
Encargos sociais:					
Outros		3.570.380	11.240.904	3.436.369	11.504.285
Amortizações do imobilizado corpóreo	10	5.517.278		5.663.311	
Ajustamentos	21	1.908	5.519.186	134.854	5.798.165
Impostos		153.861		179.518	
Outros custos e perdas operacionais		111.759	265.620	107.317	286.835
(A)					
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	-	35.910.689	61.931	36.528.445
Juros e custos similares:					
Outros	45	2.581.886	2.581.886	2.732.715	2.794.646
(C)			38.492.575		39.323.091
Custos e perdas extraordinários	46		586.705		358.009
(E)			39.079.280		39.681.100
Imposto sobre o rendimento do exercício	48		79.139		78.600
(G)			39.158.419		39.759.700
Resultado líquido do exercício			(2.465.405)		(1.410.436)
			36.693.014		38.349.264
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	3.100		418.284	
Produtos	44	33.920.513	33.923.613	34.615.789	35.034.073
Variação da produção			55.322		(36.959)
Trabalhos para a própria empresa			-		130.812
Proveitos suplementares				1.197.502	
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.417.691		160.164	
Reversões de ajustamentos		453.472		515.352	1.873.018
(B)			1.871.163		
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	45	8.193	35.850.098	7.528	37.000.944
Reversões de ajustamentos	21 e 45	52.036		48.713	
Outros juros e proveitos similares	45	74.650	134.879	133.112	189.353
(D)					37.190.297
Proveitos e ganhos extraordinários	46		35.984.977		
(F)			708.037		1.158.967
			36.693.014		38.349.264
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			(60.591)		472.499
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(2.447.007)		(2.605.293)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(2.507.598)		(2.132.794)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(2.386.266)		(1.331.836)
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			(2.465.405)		(1.410.436)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2006	2005
Vendas	44	33.923.613	35.034.073
Custo das vendas		(32.192.715)	(32.948.427)
<i>Resultados brutos</i>		1.730.898	2.085.646
Outros proveitos e ganhos operacionais	53.a)	2.467.701	2.928.155
Custos de distribuição	53.b)	(772.522)	(748.996)
Custos administrativos	53.c)	(1.952.537)	(1.943.879)
Outros custos e perdas operacionais		(1.391.283)	(1.009.386)
<i>Resultados operacionais</i>		82.257	1.311.540
Custo líquido de financiamento	53.d)	(2.497.832)	(2.602.050)
Perdas em filiais e associadas	45	-	(61.931)
Ganhos em outros investimentos		29.309	20.605
<i>Resultados correntes</i>		(2.386.266)	(1.331.836)
Impostos sobre os resultados correntes		(79.139)	(78.600)
<i>Resultados correntes após impostos</i>		(2.465.405)	(1.410.436)
<i>Resultado líquido do exercício</i>		(2.465.405)	(1.410.436)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c), infra, pelo que as mesmas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos.

A Empresa apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelos *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais evidenciam capitais próprios e um resultado consolidado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 de 643.707 Euros e 2.327.160 Euros, respectivamente.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos immobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 100.250 Euros. Este montante não é aceite em 40% como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 139.404 Euros (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil como custo adicional desse equipamento. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o seu período estimado de realização.

b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.a), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

e) Ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa foram calculados com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

g) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação não foram registados, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

j) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, ajustado ao respectivo valor de mercado.

k) Letras descontadas e operações de “factoring”

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço e os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2007, os Municípios Portugueses podem lançar a derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Altera-se assim a forma de cálculo de até 10% sobre a colecta para até 1,5% sobre o lucro tributável, resultando a partir de 2007 uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 12.427.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2007	99.000
2008	6.187.000
2011	939.000
2012	5.202.000
	<u>12.427.000</u>

Conforme referido na Nota 3.i), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com ajustamentos e provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 3.783.000 Euros e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 371.000 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, IVA e Imposto Municipal sobre Transmissões, referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.195.000 Euros. É convicção do Conselho de Administração de que as mesmas não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 364 e 399 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências	Outras regularizações	
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	101.250.151	451.980	(1.503.931)	359.835	-	100.558.035
Equipamento de transporte	1.186.863	132.976	-	-	-	1.319.839
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.180.682	7.515	-	-	-	1.188.197
Outras imobilizações corpóreas	758.430	52	-	-	-	758.482
Imobilizações em curso	371.814	80.000	-	(359.835)	(11.979)	80.000
Adiantamentos por conta de imobilizado em curso	30.000	11.000	-	-	-	41.000
	<u>104.834.808</u>	<u>683.523</u>	<u>(1.503.931)</u>	<u>-</u>	<u>(11.979)</u>	<u>104.002.421</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	13.880.161	-	-	-	-	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16) (a)	950.584	-	(950.584)	-	-	-
Empréstimos a empresas associadas (a)	500.000	-	(500.000)	-	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	14.964
	<u>15.345.709</u>	<u>-</u>	<u>(1.450.584)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.895.125</u>
Amortizações acumuladas						
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates		Saldo final	
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	64.638.993	5.226.564	(1.452.188)	-	68.413.369	
Equipamento de transporte	697.398	197.826	-	-	895.224	
Ferramentas e utensílios	42.920	5.942	-	-	48.862	
Equipamento administrativo	877.483	62.521	-	-	940.004	
Outras imobilizações corpóreas	256.937	24.425	-	-	281.362	
	<u>66.513.731</u>	<u>5.517.278</u>	<u>(1.452.188)</u>	<u>-</u>	<u>70.578.821</u>	

- (a) Em 7 de Janeiro de 2004 a Empresa subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Gрафedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Grafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóreos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Grafedisport encontrava-se deduzido de metade do valor líquido da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos, no montante de 228.035 Euros (Nota 46). Em 30 de Março de 2006, a Empresa alienou esta participação financeira pelo valor de 2.000.000 Euros, reconhecendo um ganho extraordinário de 549.416 Euros (Nota 46).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2006, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Equipamento básico	1.157.899	139.404	1.297.303

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo histórico	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Equipamento básico	56.301.646	7.310.632	(43.629.948)	19.982.330
Equipamento de transporte	979.113	-	(633.777)	345.336
Ferramentas e utensílios	36.617	-	(31.277)	5.340
Equipamento administrativo	79.745	-	(66.241)	13.504
	57.397.121	7.310.632	(44.361.243)	20.346.510

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” 9.400.250 Euros relativos a contas a pagar às locadoras, dos quais 6.258.779 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 53), e são como segue:

2007		3.141.471
2008		2.396.286
2009		2.306.402
2010		1.556.091
		6.258.779
		9.400.250

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2006, os principais elementos financeiros das empresas do grupo extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	13.430.831	13.375.284	-	(2.206.160)	90,48	13.880.161

(a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi acrescido da menos-valia líquida apurada no exercício de 1999 relativa à alienação de uma participação financeira àquela empresa de 535.303 Euros, tendo sido deduzido de outras regularizações de 30.426 Euros. Em 30 de Dezembro de 2006, a Gestigráfica alienou a participação financeira na Naveprinter pelo valor de 859.370 Euros. Adicionalmente, no exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 31 de Dezembro de 2006. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis, totalmente provisionado, por aquela empresa participada não ter vindo a desenvolver qualquer actividade nos últimos exercícios.

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos com empresas do grupo e relacionadas, são conforme segue:

	Activo			Passivo	
	Empresas do grupo, participadas e participantes				
	Clientes, conta corrente	Curto prazo	Médio e longo prazo	Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo
Gestigráfica	-	-	-	-	11.077.053
Grafilis	6.950	-	787.986	2.771	-
Gestprint	-	1.578.957	630.207	-	-
	6.950	1.578.957	1.418.193	2.771	11.077.053

21. AJUSTAMENTOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversões	Saldo final
Ajustamentos em existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.630	-	-	4.630
Ajustamentos em dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	9.185.410	1.290.123	-	10.475.533
Outros devedores	8.486.645	1.160.056	-	9.646.701
	17.672.055	2.450.179	-	20.122.234
Ajustamentos em títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria (Nota 45)	372.011	-	(52.036)	319.975
	18.048.696	2.450.179	(52.036)	20.446.839

O reforço ocorrido nas rubricas de ajustamentos foi registado conforme segue:

Resultados transitados (Nota 40)	2.448.271
Ajustamentos	1.908

	2.450.179
	=====

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 10.475.533 Euros e 9.646.701 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando ajustadas na sua totalidade (Nota 21).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas de, aproximadamente, 3.971.000 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e outros impostos de 98.473 Euros e 33.582 Euros, respectivamente (Nota 48), que não se encontravam incluídos no procedimento extrajudicial de conciliação.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos exclusive, ascendiam a 2.156.511 Euros (Nota 48) e 2.496.444 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 7.849.735 Euros, que visam, essencialmente, garantir os pagamentos do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 862.148 Euros, da dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no valor de 3.995.571 Euros e da dívida à Direcção Geral de Impostos de 2.743.610 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversões (Nota 46)	Saldo final
Provisões	<u>453.012</u>	<u>1.818.332</u>	<u>(40.493)</u>	<u>2.230.851</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2006:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	146.220

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi como segue:

	Saldo inicial	Diminuições	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	(19.800.000)	200.000
Acções próprias - valor nominal	(261.065)	-	-	258.454	(2.611)
Acções próprias - descontos e prémios	(213.056)	-	-	(258.454)	(471.510)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	7.196.951	-	-	-	7.196.951
Reservas de reavaliação (Nota 13)	239.654	-	-	(100.250)	139.404
Reserva legal	1.008.586	-	-	-	1.008.586
Outras reservas	8.424	-	-	-	8.424
Resultados transitados	(16.827.005)	(6.547.856)	(1.410.436)	19.900.250	(4.885.047)
Resultado líquido do exercício	(1.410.436)	(2.465.405)	1.410.436	-	(2.465.405)
	<u>9.742.053</u>	<u>(9.013.261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>728.792</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois

de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Maio de 2006, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido negativo do exercício finto em 31 de Dezembro de 2005 para resultados transitados.

Por decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de Novembro de 2006 foi deliberado reduzir o capital social da Empresa de 20.000.000 Euros para 200.000 Euros, para cobertura de prejuízos, no valor global de 19.800.000 Euros, mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções de 5 Euros para 0,05 Euros.

No exercício finto em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa procedeu à regularização de um conjunto de saldos, essencialmente relacionados com contas a receber de clientes e outros devedores bem como de empresas do grupo, originados em exercícios anteriores, no total de 6.547.856 Euros. No entendimento da Empresa estas regularizações estão enquadradas nos termos da Directriz Contabilística nº 8, pelo que foram efectuadas por contrapartida de resultados transitados, sendo o seu detalhe o seguinte:

Reforço de ajustamentos para contas a receber (Nota 21)	2.448.271
Reforço de ajustamentos para empresas do grupo	2.000.000
Reconhecimento de <i>rappel</i> de vendas	1.626.388
Outros	473.197

	6.547.856
	=====

41. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício finto em 31 de Dezembro de 2006, foi determinado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	880.395
Compras	10.474.931
Regularização de existências	(1.134)
Existências finais	<u>(1.233.659)</u>
Custos no exercício	<u><u>10.120.533</u></u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício finto em 31 de Dezembro de 2006, é como segue:

Existências finais	127.141
Existências iniciais	<u>(71.819)</u>
	<u><u>55.322</u></u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram como segue:

Conselho de Administração	193.783
Conselho Fiscal	<u>23.950</u>
	<u><u>217.733</u></u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	33.709.570
Mercado externo	<u>214.043</u>
	<u><u>33.923.613</u></u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, têm a seguinte composição:

	2006	2005
<u><u>Custos e perdas:</u></u>		
Juros suportados	2.162.489	2.353.743
Perdas em empresas do grupo e associadas	-	61.931
Diferenças de câmbio desfavoráveis	473	418
Descontos de pronto pagamento concedidos	89.040	118.212
Outros custos e perdas financeiros	<u>329.884</u>	<u>260.342</u>
	2.581.886	2.794.646
Resultados financeiros	<u>(2.447.007)</u>	<u>(2.605.293)</u>
	<u><u>134.879</u></u>	<u><u>189.353</u></u>
<u><u>Proveitos e ganhos:</u></u>		
Juros obtidos	34.608	80.728
Rendimentos de participações de capital	8.193	7.528
Diferenças de câmbio favoráveis	599	308
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.308	786
Reversões de ajustamentos (Nota 21)	52.036	48.713
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>38.135</u>	<u>51.290</u>
	<u><u>134.879</u></u>	<u><u>189.353</u></u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, têm a seguinte composição:

	2006	2005
Custos e perdas:		
Multas e penalidades	459.907	170.020
Donativos	11.971	11.971
Perdas em existências	-	2.896
Outros custos e perdas extraordinários	<u>114.827</u>	<u>173.122</u>
	<u>586.705</u>	<u>358.009</u>
Resultados extraordinários	<u>121.332</u>	<u>800.958</u>
	<u><u>708.037</u></u>	<u><u>1.158.967</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Reduções de provisões (Nota 34)	40.493	664.168
Correcções relativas a exercícios anteriores	237	29.895
Ganhos em imobilizações e existências (a)	350.337	20.199
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>316.970</u>	<u>444.705</u>
	<u><u>708.037</u></u>	<u><u>1.158.967</u></u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios ao investimento	84.451
Outros (b)	<u>232.519</u>
	<u><u>316.970</u></u>

- (a) Este montante inclui 321.381 Euros relativos à mais-valia obtida com a alienação da participação financeira na Grafedisport (Nota 10).
- (b) Este montante inclui 228.035 Euros relativos ao reconhecimento do remanescente da mais-valia diferida originada no aumento de capital da Grafedisport (Nota 10), por alienação da participação financeira ocorrida em 30 de Março de 2006 (Nota 10).

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamento especial por conta	192.506
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<u>1.003</u>
	<u><u>193.509</u></u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	130.340
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	66.845
Imposto sobre o Valor Acrescentado	460.668
Contribuições para a Segurança Social	322.217
Outros impostos	33.653
Procedimento Extrajudicial de Conciliação (IVA, IRS e Segurança Social)	<u>5.816.226</u>
	<u><u>6.829.949</u></u>

- (a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 79.139 Euros relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, líquida de retenções na fonte de 12.294 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA e outros impostos incluem valores vencidos de 98.473 Euros e 33.582 Euros,

respectivamente, que não se encontram incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação (Nota 28).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005 o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.995.571 Euros e 2.743.610 Euros, respectivamente (Nota 32). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações para a Empresa até ao final da execução das medidas.

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas incluídas no referido procedimento venciam-se, conforme segue:

2007	869.197
2008	869.197
2009	869.197
2010	697.629
2011	354.495
2012 e seguintes (Nota 29)	<u>2.156.511</u> <u>5.816.226</u>

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Outros acréscimos de proveitos	<u>38.878</u>
--------------------------------	---------------

Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	1.062.336
Rendas de edifícios e instalações	247.910
Juros antecipados	139.105
Seguros	70.644
Outros	<u>16.285</u>
	<u>1.536.280</u>

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.369.869
Rappel a liquidar	796.166
Juros vencidos e não pagos	285.842
Fornecimentos e serviços externos	201.906
Seguros a liquidar	<u>41.238</u>
	<u>2.695.021</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.g))	447.322
Outros proveitos diferidos	<u>48.779</u>
	<u>496.101</u>

50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. (“BPI”) (a)	540.613	382.165	922.778
BPI (b)	62.350	748.197	810.547
Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”) (c)	1.167.363	3.924.734	5.092.097
Outros (d)	1.482.787	1.548.194	3.030.981
	3.253.113	6.603.290	9.856.403
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	1.336.824	6.786.236	8.123.060
IAPMEI (f)	287.383	1.341.119	1.628.502
	1.624.207	8.127.355	9.751.562
	4.877.320	14.730.645	19.607.965

- (a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos.
- (b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.
- (c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo e 1.225.703 Euros relativos a descobertos bancários (Nota 51), os quais se encontram registados no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2006, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 8.761.548 Euros, é conforme segue:

2007	3.253.113
2008	1.832.226
2009	1.619.257
2010	1.028.476
2011	1.028.476
	8.761.548

- (e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2007	1.336.824
2008	1.551.236
2009	1.175.000
2010	2.330.000
2011	520.000
2012	560.000
2013	650.000
	8.123.060

- (f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais,

iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 922.019 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2006, o valor em dívida ascendia a 1.628.502 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, as dívidas a instituições de crédito, com vencimentos a mais de cinco anos exclusive, ascendiam a 2.496.444 Euros (Nota 29), e eram conforme segue:

Papel Comercial	1.210.000
Empréstimos bancários sem plano de reembolso definido	1.094.855
IAPMEI (i)	191.589
	<u><u>2.496.444</u></u>

51. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	2006	2005
Depósitos à ordem	3.365.248	553.223
Depósitos a prazo	<u>937.465</u>	<u>5.023.143</u>
	4.302.713	5.576.366
Numerário	1.441	2.039
Outras aplicações de tesouraria	629.972	629.972
Descobertos bancários (Nota 50)	<u>(1.225.703)</u>	<u>(951.963)</u>
	<u>3.708.423</u>	<u>5.256.414</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os depósitos a prazo encontram-se condicionados, essencialmente, à liberação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 32).

52. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2006, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 1.551.241 Euros, sem vencimento de juros.

53. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

- (a) A rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Proveitos suplementares”, “Outros proveitos e ganhos operacionais”, “Reversões de ajustamentos” e “Proveitos extraordinários”, no que se refere, essencialmente, à redução de provisões e outros proveitos e ganhos extraordinários.
- (b) A rubrica “Custos de distribuição” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos com o pessoal” no que se refere a pessoal afecto à distribuição e “Fornecimentos e serviços externos”, no que se refere, essencialmente, a serviços de transporte e expedição de mercadorias.

- (c) A rubrica “Custos administrativos” da DRF inclui, essencialmente, a rubrica “Outros custos e perdas operacionais” e “Custos com pessoal” da DRN das áreas administrativa e recursos humanos.
- (d) A rubrica “Custos líquidos de financiamento” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos financeiros” no que se refere a juros suportados e a outros custos financeiros, “Impostos” e “Proveitos financeiros”.

Queluz de Baixo, 16 de Abril de 2007

O Técnico Oficial de Contas:

Liliana Cardeira Nunes

O Conselho de Administração:

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		36.724.311	38.866.699
Pagamentos a fornecedores		(24.318.634)	(20.620.191)
Pagamentos ao pessoal		(7.249.579)	(6.421.071)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		5.156.098	11.825.437
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(144.609)	(178.451)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(4.473.646)	(4.711.203)
<i>Fluxos gerados antes das rúbricas extraordinárias</i>		537.843	6.935.783
Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias		-	210.000
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias		-	(169.960)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		537.843	6.975.823
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		7.217.067	1.324.699
Imobilizações corpóreas		2.163.625	5.384
Juros e proveitos similares		8.193	7.528
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		9.388.885	1.337.611
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos		63.870.680	55.798.214
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		63.870.680	55.798.214
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		(69.420.792)	(57.703.697)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	51	(1.807.160)	(2.632.336)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	51	(1.900.834)	(1.815.610)
		(73.128.786)	(62.151.643)
		(9.258.106)	(6.353.429)
		(1.547.991)	(138.623)
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		5.256.414	5.395.037
		3.708.423	5.256.414

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2006

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa, especialmente através da apreciação dos documentos, registos contabilísticos, documentação de suporte, e apreciação das actas do Conselho de Administração e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária nas circunstâncias, tendo mantido contactos, com o Conselho de Administração e com os demais responsáveis pela gestão, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos e informações consideradas necessárias.

No âmbito das nossas funções, revimos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo satisfaz os requisitos legais. De igual modo, analisámos as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, nomeadamente quanto aos princípios contabilísticos usados na sua preparação e respectiva aderência aos geralmente aceites em Portugal, bem como à observância dos preceitos legais e estatutários.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadr-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que inclui duas ênfases relacionadas com regularizações não frequentes e de grande significado efectuadas por contrapartida de resultados transitados e com a continuidade das operações da Empresa e à qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade, somos do parecer que, tendo em consideração os assuntos referidos nos parágrafos 6 e 7 da Certificação Legal das Contas Individuais, os supra citados documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, reunindo as condições para serem aprovados pelos Accionistas.

Página 2 de 2

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., pela disponibilidade manifestada.

Lisboa, 10 de Maio de 2007

Nuno Martins
Presidente

José Manuel Varandas Marques
Vogal

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 70.815.015 Euros e capitais próprios de 728.792 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.465.405 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado no anexo às demonstrações financeiras os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor para publicação em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro como adoptadas pela União Europeia.
6. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa procedeu a ajustamentos de activos não realizáveis e ao registo de provisões de, aproximadamente, 6.550.000 Euros. Por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa tratarem-se de regularizações não frequentes e de grande significado nos termos definidos na Directriz Contabilística nº 8, estas foram efectuadas por contrapartida de resultados transitados.
7. Embora a Empresa tenha vindo a registar resultados negativos nos últimos anos, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, das quais se refere o aumento de capital de 4.800.000 Euros verificado em Março de 2007. Adicionalmente, e conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração perspectiva ainda outras medidas que em seu entender irão permitir inverter a tendência dos resultados passados. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração considera apropriado o pressuposto da continuidade das operações da Empresa.
8. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objecto de nossa Certificação Legal das Contas e o âmbito do nosso trabalho foi apenas o de emitirmos uma Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 10 de Maio de 2007

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 70.815.015 Euros e capitais próprios de 728.792 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.465.405 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade, nem são considerados agentes ou empregados de quaisquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

* Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado no anexo às demonstrações financeiras os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor para publicação em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro como adoptadas pela União Europeia.
7. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa procedeu a ajustamentos de activos não realizáveis e ao registo de provisões de, aproximadamente, 6.550.000 Euros. Por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa tratarem-se de regularizações não frequentes e de grande significado nos termos definidos na Directriz Contabilística nº 8, estas foram efectuadas por contrapartida de resultados transitados.

Página 3 de 3

8. Embora a Empresa tenha vindo a registar resultados negativos nos últimos anos, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, das quais se refere o aumento de capital de 4.800.000 Euros verificado em Março de 2007. Adicionalmente, e conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração perspectiva ainda outras medidas que em seu entender irão permitir inverter a tendência dos resultados passados. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração considera apropriado o pressuposto da continuidade das operações da Empresa.
9. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria datado de 3 de Abril de 2006, inclui uma reserva não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 por ter sido resolvida conforme referido no parágrafo 7 acima e quatro ênfases, uma semelhante a esta, duas semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 6 e 8 acima e uma não aplicável aquelas demonstrações.

Lisboa, 17 de Abril de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André